



DELIBERAÇÃO Nº 42 DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Deliberação nº 32/2012 que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce¹ para o período de 2014 e 2015.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, criado pelo Decreto de 25 de janeiro de 2002, do Presidente da República, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às atuais estimativas de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos,

Considerando a necessidade de revisão dos critérios de alocação dos recursos arrecadados pela União na bacia,

Considerando as manifestações favoráveis dos CBHs estaduais da bacia, em especial os CBHs Piranga, Piracicaba e Santo Antônio quanto à revisão dos critérios de alocação na bacia dos recursos da cobrança pelo uso da água arrecadados pela União, com base no ideal de que todos aqueles municípios elegíveis da bacia do rio Doce e que manifestaram interesse junto aos CBHs estaduais tenham a elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico apoiado com recursos da cobrança,

Considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações,

Considerando a manutenção dos recursos já comprometidos em contratos firmados pelo IBIO - AGB Doce,

Considerando as reuniões realizadas em 2014 e as Deliberações dos CBHs estaduais que aprovam a alteração dos respectivos PAPs para o período 2014-2015,

Considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014,

Considerando as contribuições e manifestações favoráveis das Câmaras Técnicas de Integração – CTI, do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CTPlano, e Institucional e Legal – CTIL, do CBH Doce,

DELIBERA:

Art. 1º Ficam alterados o Título do Capítulo III e os artigos 8º, 9º, 10, 11, 12 e 15 do ANEXO da Deliberação nº 32/2012, que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2012 a 2015, que passam a vigorar conforme anexo.

¹ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.



Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao IBIO AGB - Doce para as providências cabíveis.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Valadares-MG, 14 de agosto de 2014.

LEONARDO DEPTULSKI
Presidente do CBH-Doce

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Secretário do CBH-Doce

ANEXO

CAPÍTULO III
Dos Desembolsos e da Alocação dos Recursos da União por Metas, Programas e Ações Prioritários

Art. 8º Os desembolsos realizados em 2012 e 2013, bem como a alocação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água arrecadada pela União em 2014 e 2015, apresentam os seguintes montantes (em mil reais):

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIALIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão.	Toda a bacia	--	999	--	--	999
Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão.	Toda a bacia	--	--	--	200	200
Programa de Saneamento da Bacia (P11): – Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).	Para as 9 UGRHs	--	18	--	--	18
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22): – Identificar áreas irrigadas em trechos críticos das bacias indicadas, com verificação das condições das estruturas de captação, da condução técnica das lavouras, do processo de outorga e licenciamento, e estimativa, via modelo hidrológico, da vazão outorgável nos pontos de captação. – Identificar áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas. – Estabelecer estratégias de apoio e divulgação de informações sobre as necessidades de água das culturas, com análise de valores que gerem o incentivo ao aumento da eficiência do uso de água na irrigação pela tarifação. – Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural para apresentação de demandas e situações de conflito não identificados, entre outros.	Para as UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	2.808
Programa de Convivência com as Cheias (P31): – Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.	Toda a bacia	--	241	--	--	4.241
– Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.						
– Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.						
				500	500	

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIA- LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
<ul style="list-style-type: none"> – Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. – Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais. 				1.750	1.000	
<ul style="list-style-type: none"> – Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias. 					250	
Programa de Universalização do Saneamento (P41): <ul style="list-style-type: none"> – Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). 	Para cada uma das 9 UGRHs	--	67	1.850	5.930	7.847
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52): <ul style="list-style-type: none"> – Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas. – Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação. – Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos. 	Para cada uma das 9 UGRHs	--	4	2.250	2.250	4.504
Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61): <ul style="list-style-type: none"> – Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração / Planejamento anual das atividades dos comitês / Encontro anual da bacia). 	10 Comitês	495	1.115	2.340	1.100	5.050
<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver um sistema de informações, com interface web, relevantes para a gestão de recursos hídricos na bacia (P61.a) (SIG-Gestão). 	Toda a bacia	--	--	150	350	500
Programa de Comunicação Social (P71): <ul style="list-style-type: none"> – Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um. – Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs. – Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos. 	Toda a bacia	--	156	500	500	1.156
Programa de Educação Ambiental (P72): <ul style="list-style-type: none"> – Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs. – Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área. – Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada. 	Toda a bacia	--	43	500	800	1.343

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIA- LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
Programa de Treinamento e Capacitação (P73): – Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente. – Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação. – Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.	Toda a bacia	--	43	--	--	43
TOTAL		495	2.994	11.400	13.820	28.709

§ 1º. Os montantes gastos e a serem alocados até 2015 correspondem aos valores efetivamente arrecadados em 2012 e 2013 e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança em rios de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce em 2014 e 2015, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio do IBIO - AGB Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com a ANA e desprezadas eventuais inadimplências.

.....
§3º. (Revogado)

.....
§ 5º. Até 2015 prevê-se a implantação do Programa Produtor de Água (P24) somente no Alto Doce, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais na UGRH 2-Piracicaba.

.....
§ 7º. O componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2) do Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61) prevê, em 2014, a alocação de R\$ 300 mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH Doce) e de R\$ 150 mil para cada um dos nove comitês afluentes da bacia, acrescido do saldo referente a 2013 e, em 2015, de R\$ 200 mil para o CBH Doce e de R\$ 100 mil para cada um dos nove comitês afluentes, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês.

.....
§ 9º. Os recursos do Programa de Educação Ambiental (P72) serão destinados para ações de mobilização social e educação ambiental nos 10 comitês da bacia.

CAPÍTULO IV

Dos Critérios de Alocação dos Recursos da União nas Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos

Art. 9º

I. Programa de Universalização do Saneamento (P41): para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico foi previsto o atendimento a todos os municípios elegíveis e que manifestarem interesse na bacia.

.....
III. (Revogado)

.....

- V. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2): alocação, em 2014, de R\$ 300 mil para o CBH Doce e de R\$ 150 mil para cada um dos nove comitês afluentes da bacia, acrescido do saldo referente a 2013 e, em 2015, de R\$ 200 mil para o CBH Doce e de R\$ 100 mil para cada um dos nove comitês afluentes, mediante Plano de Trabalho anual aprovado nos comitês.

§ 2º. Nas UGRHs 1 e 2 onde está previsto a alocação de recursos estaduais para projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos e de otimização de sistemas de abastecimento de água no âmbito do Programa de Saneamento da Bacia (P11) e do Programa de Universalização do Saneamento (P41), deverão ser atendidos os seguintes critérios para habilitação dos municípios: situação da outorga regularizada ou em regularização; adimplência em relação à cobrança pelo uso da água; e Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

Art. 10 Ficam assim distribuídos os recursos da União para o programa de saneamento P41 nas unidades estaduais de gestão de recursos hídricos:

RECURSOS DO PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41)	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH1 Rio Piranga	--	13	200	160	373
UGRH2 Rio Piracicaba	--	33	100	--	133
UGRH3 Rio Santo Antônio	--	7	50	70	127
UGRH4 Rio Suaçuí	--	5	500	3.300	3.805
UGRH5 Rio Caratinga	--	4	500	1.500	2.004
UGRH6 Rio Manhuaçu	--	2	500	500	1.002
SUBTOTAL MG	--	64	1.850	5.530	7.444
UGRH7 Rio Guandu	--	1	--	200	201
UGRH8 Rio Santa Maria do Doce	--	1	--	--	1
UGRH9 Rio São José	--	1	--	200	201
SUBTOTAL ES	--	3	--	400	403
TOTAL	--	67	1.850	5.930	7.847

Parágrafo único. (Revogado)

§ 1º. Nas UGRHs 1, 2 e 3 os recursos da União destinam-se somente à contratação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da elaboração, análise e parecer técnico dos PMSBs.

§ 2º. Nas UGRHs 4, 5 e 6 os recursos da União, juntamente com os recursos estaduais arrecadados nas respectivas unidades, destinam-se à elaboração dos PMSBs e à contratação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos mesmos.

§ 3º. Nas unidades do Espírito Santo, foi prevista a elaboração de PMSB para os dois municípios elegíveis nas UGRHs 7 e 9.

CAPÍTULO V

Da Alocação dos Recursos do Estado de Minas Gerais

Art. 11 Os programas e ações do PIRH/PARHs Doce que tiveram recursos desembolsados em 2013 e os priorizados para execução em 2014 e 2015, com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce, contarão com os seguintes valores (em mil reais):

PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH1 Piranga					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	1	--	650	651
Programa de Universalização do Saneamento (P41):					
– Apoio na elaboração de PMSB.	--	5	2.000	4.700	6.705
– Elaboração de projetos para otimização de SAA.	--	--	300	700	1.000
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	--	1.000	1.000
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	--	--	100	100	200
Sistema de informações com interface web para a gestão de recursos hídricos (SIG Gestão) (P61.a)	--	157	--	--	157
Programa de Comunicação Social (P71)	--	4	--	--	4
SUBTOTAL 1	--	167	2.400	7.150	9.717
UGRH2 Piracicaba					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	47	1.500	4.500	6.047
Programa Produtor de Água (P24)	--	--	1.000	1.400	2.400
Programa de Universalização do Saneamento (P41):					
– Apoio na elaboração de PMSB.	--	164	4.000	300	4.464
– Elaboração de projetos para otimização de SAA.	--	--	1.500	3.700	5.200
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)					
– Incluir estudo de caracterização de processos erosivos com proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos nesta bacia.	--	1	1.000	5.000	6.001
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	--	--	100	100	200
Sistema de informações com interface web para a gestão de recursos hídricos (SIG Gestão) (P61.a)	--	412	--	--	412
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
Programa de Educação Ambiental (P72)	--	--	200	600	800
Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	--	--	200	600	800
SUBTOTAL 2	--	627	9.500	16.200	26.327
UGRH3 Santo Antônio					
Programa de Universalização do Saneamento (P41):					
– Apoio na elaboração de PMSB.	--	1	500	1.800	2.301
– Elaboração de projetos para otimização de SAA.	--	--	--	700	700
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	--	932	932
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	--	--	50	50	100
Programa de Comunicação Social (P71) com foco no programa de enquadramento da bacia do Santo Antônio.	--	3	--	--	3
SUBTOTAL 3	--	4	550	3.482	4.036
UGRH4 Suaçuí					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	--	--	--	--
Programa de Universalização do Saneamento (P41):					
– Apoio na elaboração de PMSB.	--	--	500	1.200	1.700
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	0,5	--	--	0,5
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	--	--	50	50	100
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3,5	--	--	3,5
SUBTOTAL 4	--	4	550	1.250	1.804

PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH5 Caratinga					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	--	--	--	--
Programa de Universalização do Saneamento (P41): – Apoio na elaboração de PMSB.	--	--	500	1.500	2.000
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	--	--	50	50	100
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
SUBTOTAL 5	--	3	550	1.550	2.103
UGRH6 Manhuaçu					
Programa de Universalização do Saneamento (P41): – Apoio na elaboração de PMSB.	--	1	500	1.500	2.001
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	--	--	50	50	100
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
SUBTOTAL 6	--	4	550	1.550	2.104
TOTAL MG	--	809	14.100	31.182	46.091

.....

§ 3º. (Revogado)

§ 4º. Em 2012 não houve desembolso nas bacias afluentes mineiras com recursos oriundos da cobrança no estado de Minas Gerais.

§ 5º. Nas UGRHs 1 e 2 onde está previsto a alocação de recursos estaduais para projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos e de otimização de sistemas de abastecimento de água no âmbito do Programa de Saneamento da Bacia (P11) e do Programa de Universalização do Saneamento (P41), deverão ser atendidos os seguintes critérios para habilitação dos municípios: situação da outorga regularizada ou em regularização; adimplência em relação à cobrança pelo uso da água; e Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

§ 6º. O Programa Produtor de Água (P24) irá contemplar a sub-bacia do ribeirão Candidópolis, em Itabira, na área da UGRH2-Piracicaba, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais nesta unidade.

§ 7º. Para 2014 e 2015 foi incluída a previsão de gastos no Programa de Fortalecimento dos Comitês (P61.2) com recursos estaduais.

CAPÍTULO VI

Da Alocação Total dos Recursos

Art. 12 A totalidade dos recursos desembolsados em 2012 e 2013 e alocados em 2014 e 2015 para a bacia hidrográfica do rio Doce pode ser assim sintetizada:

I. Em toda a bacia hidrográfica do rio Doce:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	--	999	--	--	999
Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce (indicador 3D)	--	--	--	200	200
Programa de Convivência com as Cheias (P31)	--	241	2.250	1.750	4.241
Componente sistema de informações com interface web para a gestão de recursos hídricos (P61.a)	--	--	150	350	500
Programa de Comunicação Social (P71)	--	156	500	500	1.156
Programa de Educação Ambiental (P72)	--	43	500	800	1.343
Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	--	43	--	--	43
TOTAL TODA A BACIA	--	1.482	3.400	3.600	8.482

II. (Revogado)

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH1 Piranga					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	4	--	650	654
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	18	2.200	4.860	7.078
Programa de Universalização do Saneamento (P41): otimização de SAA	--	--	300	700	1.000
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	250	1.250	1.500
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	46	125	279	200	650
Componente SIG Gestão (P61.a)	--	157	--	--	157
Programa de Comunicação Social (P71)	--	4	--	--	4
SUBTOTAL 1	46	308	3.029	7.660	11.043
UGRH2 Piracicaba					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	55	1.500	4.500	6.055
Programa Produtor de Água (P24)	--	--	1.000	1.400	2.400
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	197	4.100	300	4.597
Programa de Universalização do Saneamento (P41): otimização de SAA	--	--	1.500	3.700	5.200
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	3	1.250	5.250	6.503
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	100	131	220	200	650
Componente SIG Gestão (P61.a)	--	412	--	--	412
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
Programa de Educação Ambiental (P72)	--	--	200	600	800
Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	--	--	200	600	800
SUBTOTAL 2	100	801	9.970	16.550	27.421

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH3 Santo Antônio					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	2	--	--	2
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	7	550	1.870	2.427
Programa de Universalização do Saneamento (P41): otimização de SAA	--	--	--	700	700
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	250	1.182	1.432
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	26	89	285	150	550
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
SUBTOTAL 3	26	102	1.085	3.902	5.115
UGRH4 Suaçuí					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	1	--	--	1
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	--	--	--	470	470
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	5	1.000	4.500	5.505
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	3	250	250	503
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	45	91	264	150	550
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
SUBTOTAL 4	45	103	1.514	5.370	7.032
UGRH5 Caratinga					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	1	--	--	1
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	--	143	320	--	463
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	4	1.000	3.000	4.004
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	250	250	500
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	12	63	324	150	549
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
SUBTOTAL 5	12	215	1.894	3.400	5.521
UGRH6 Manhuaçu					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	1	--	--	1
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	--	--	470	--	470
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	3	1.000	2.000	3.003
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	250	250	500
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	55	86	259	150	550
Programa de Comunicação Social (P71)	--	3	--	--	3
SUBTOTAL 6	55	93	1.979	2.400	4.527
TOTAL MG	284	1.622	19.471	39.282	60.660

IV. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH7 Guandu					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	0,4	--	--	0,4
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	--	164	300	--	464
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	1	--	200	201
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	250	250	500
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	31	140	179	100	450
SUBTOTAL 7	31	305	729	550	1.615
UGRH8 Santa Maria do Doce					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	0,2	--	--	0,2
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	--	0,1	470	--	470
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	1	--	--	1
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	250	250	500
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	12	75	264	100	451
SUBTOTAL 8	12	76	984	350	1.422
UGRH9 São José					
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	--	0,3	--	--	0,3
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	--	0,1	--	470	470
Programa de Universalização do Saneamento (P41): elaboração de PMSB	--	1	--	200	201
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	--	--	250	250	500
Programa de Fortalecimento do Comitê (P61.2)	18	63	269	100	450
SUBTOTAL 9	18	64	519	1.020	1.621
TOTAL ES	61	445	2.232	1.920	4.658

§ 1º. (Revogado)

§ 2º. (Revogado)

§ 3º. Em 2012, com recursos da União, foi desembolsado o valor de R\$ 495 mil no Programa de Fortalecimento dos Comitês (P61.2), sendo o saldo remanescente alocado no ano de 2014.

§ 4º. Em 2014 e 2015 prevê-se a implantação do Programa Produtor de Água (P24) somente no Alto Doce, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais na UGRH 2- Piracicaba.

CAPÍTULO VII

Dos Critérios para Hierarquização dos Estudos, Planos, Projetos e Ações

Art. 15

PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS PROPOSTAS
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	<p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Municípios com DBO remanescente superior a 5 ton./dia [Ouro Preto e Viçosa (DO1); Ipatinga, Coronel Fabriciano e Itabira (DO2); Santana do Paraíso (DO3); Governador Valadares (DO4); Caratinga (DO5); Manhuaçu (DO6); Linhares (São José); Itaguaçu (Santa Maria do Doce) e Baixo Guandu (Guandu)]; – IDH-M 2010 inferior a 0,600; – Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; – Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; – Índice de cobertura de coleta de esgotos inferior à média dos estados de MG e ES; – Índice de tratamento dos esgotos coletados inferior à média dos estados de MG e ES; – Lançam esgotos a montante de captação (Atlas ANA 2010); – Não contemplados com investimentos para estudos e projetos. <p>CrITÉrios obrigatóRIOS para projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; – Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e – Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	<ul style="list-style-type: none"> – Áreas onde a demanda por irrigação constitui uma importante parcela da demanda total na bacia e o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se desfavorável. – Áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas.
Programa Produtor de Água (P24)	<ul style="list-style-type: none"> – Áreas onde há conflitos pelo uso múltiplo da água, com municípios que requerem novo manancial ou ampliação do sistema de abastecimento de água até 2015 segundo Atlas ANA, e que apresentem condições críticas de degradação (elevados processos erosivos, redução da cobertura vegetal e alto deflúvio superficial instantâneo) e inadequação do uso das terras, da cobertura vegetal e das APPs (topo de morro, declividade e faixa ciliar). – Área de drenagem inferior a 20 mil hectares e população atendida superior a 5.000 habitantes. – Áreas com suscetibilidade à erosão classificadas como Forte a Muito Forte (PIRH Doce). – Áreas com produção de sedimentos superior a 70 ton./km²/ano (SIGEL-Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico). – Áreas com cobertura vegetal natural inferior a 20% (PIRH Doce). – Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias necessárias ao desenvolvimento do programa. – Áreas com iniciativas do programa em andamento. – Visita a campo para confirmação das condições previstas e análise da possibilidade de intervenção.
Programa de Universalização do Saneamento (P41)	<p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> – IDH-M 2010 inferior a 0,600; – Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; – Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; – Índice de cobertura de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES; – Necessidade de ampliação do SAA (Atlas ANA 2010); – Necessidade de novo manancial até 2015 (Atlas ANA 2010); – Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES; – Disposição final inadequada de resíduos sólidos; – Potencialidade para solução da disposição final dos resíduos consorciada com outros municípios;

	<ul style="list-style-type: none"> - Ocorrência de inundações ou enchentes nos últimos 5 anos (PNSB 2008); - Não contemplados com investimentos para estudos e projetos. <p>Critérios obrigatórios para projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; - Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e - Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.
<p>Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas onde há intensa erosão do solo. - Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. - Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz. - Áreas no entorno de unidades de conservação. - Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia. - Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa. - Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

.....